

CORREIO NACIONAL



Agência enviou balanço ao STF

Anatel diz que maioria das operadoras cumpriu pena

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) enviou nesta segunda (24) ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um balanço do bloqueio da rede social Rumble no país. Na sexta, Moraes determinou a suspensão após a plataforma não indicar, no prazo de 48 horas, um representante legal no Brasil, condição obrigatória para funcionar em território brasileiro, segundo a legislação. De acordo com a Anatel, as maiores prestadoras de

serviços de internet, entre as quais, Claro, Vivo, Tim e Oi, já realizaram o bloqueio. “Desconsiderando eventuais subterfúgios, como o uso de servidores de DNS (Sistemas de Nomes de Domínio) públicos e de Redes Privadas Virtuais (VPN), verifica-se índice de efetividade de bloqueio de 96,8%. Esse número reflete o percentual de acessos presentes nas redes de 161 prestadoras testadas entre as 200 maiores prestadoras do país”, informou a agência.

Reator nuclear brasileiro

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) iniciou nesta segunda-feira (24) as obras de infraestrutura do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), o maior centro brasileiro de pesquisa para aplicações da tecnologia nuclear, localizado na cidade de Iperó, no interior de São Paulo.

O equipamento contará com um reator nuclear de pesquisa, que utilizará as radiações geradas para aplicações em medicina, indústria, agricultura e meio ambiente. O centro de pesquisa também poderá ser usado para testes do combustível do submarino nuclear brasileiro.

Anvisa cancela venda de pomadas

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) cancelou a comercialização de 47 pomadas para fixar ou modelar cabelos por não atenderem aos critérios estabelecidos para essa categoria de cosméticos. Segundo a Agência, as empresas não se adequaram às exigências da resolu-

ção 814/2023. A Agência destaca que apenas os produtos regularizados podem ser fabricados e vendidos e o descumprimento dessa norma é considerado uma infração sanitária, sujeita a penalidades que incluem multa, cancelamento de registro, interdição do estabelecimento.

Força Nacional em ações ambientais

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, prorrogou por 90 dias o uso da Força Nacional em ações de proteção ambiental, em apoio às missões do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A atuação dos agentes da Força Nacional fica agora

autorizada até 24 de junho. Eles devem atuar sobretudo no combate ao desmatamento, à extração ilegal de minério e madeira, à invasão de áreas federais e aos incêndios na vegetação, diz portaria sobre o tema, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (25).

Saneamento indígena

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Saúde Indígena, está elaborando o Programa Nacional de Saneamento Indígena, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e diversas outras instituições. O programa surge para reduzir as desigualdades no saneamen-

to básico nos territórios, um dos principais desafios estruturais do Brasil. Para o secretário da Sesai, Weibe Tapeba, o programa representa um avanço essencial na garantia dos direitos: “O acesso ao saneamento básico é um determinante fundamental”, afirma.

Bolsa Atleta 2025 quebra recorde

O Bolsa Atleta registrou mais um marco para o esporte brasileiro. Mais de 10 mil atletas se inscreveram no programa do Governo Federal, concedido pelo Ministério do Esporte. O prazo para inscrições foi encerrado na noite desta segunda-feira (24). Esse recorde representa um

aumento de 38,56% em relação a 2022, quando o programa contava com 7.236 inscritos, passando para 10.027 registros em 2025. “O aumento expressivo do número de inscrições reflete uma nova fase para o esporte brasileiro”, disse o ministro do Esporte André Fufuca.

País anuncia vacina 100% nacional contra a dengue

A partir do ano que vem, serão ofertadas 60 milhões de doses

José Cruz/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciaram nesta terça-feira (25), em Brasília, a produção - em larga escala - da primeira vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue.

A previsão é que, a partir de 2026, sejam ofertadas 60 milhões de doses anuais, com possibilidade de ampliação do quantitativo conforme demanda e capacidade produtiva.

“A gente espera, em dois anos, poder vacinar toda a população elegível [de 2 a 59 anos]”, disse a ministra, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

“Por enquanto, os idosos ainda não poderão tomar a vacina porque, quando as vacinas são testadas, há sempre um cuidado com a população idosa”, explicou Nísia, ao se referir às fases de testes clínicos de imunizantes.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda avalia o pedido de registro do imunizante, feito pelo Instituto Butantan em dezembro de 2024. Há cerca de duas semanas, a agência



A previsão é que, a partir de 2026, sejam ofertadas 60 milhões de doses anuais

solicitou mais informações e dados complementares sobre a vacina e informou que foi concluída, de forma antecipada, a análise de dados de qualidade, segurança e eficácia apresentados.

Segundo o governo federal, a partir de uma parceria entre o Instituto Butantan e a empresa WuXi Biologics, a produção em larga escala da vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue se dará por meio do

Programa de Desenvolvimento e Inovação Local do Ministério da Saúde, já aprovado e em fase final de desenvolvimento tecnológico.

Sob a coordenação do ministério, por meio do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, o projeto contou, ainda, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento da pesquisa clínica.

“O Ministério da Saúde entrará com o poder de compra”, destacou a ministra, ao citar a visita de uma equipe da pasta à China para “assumir o compromisso que, de fato, haverá essa compra pelo governo federal”.

“Com isso, teremos a possibilidade de vacinar a população brasileira dentro da faixa que foi recomendada pela Anvisa para a dengue, um fato único no mundo até agora”, acrescentou.

Quem tem direito ao Pé-de-Meia

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Os estudantes participantes do programa Pé-de-Meia que concluíram um dos três anos do ensino médio em 2024 receberão a parcela do incentivo-conclusão no valor de R\$ 1 mil, a partir de agora.

Aqueles que concluíram o terceiro ano do ensino médio regular com aprovação no ano passado e ainda participaram dos dois dias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2024 também receberão mais R\$ 200. Os depósitos seguem até quinta-feira (27), de acordo com a série dos estudantes.

Os novos estudantes do primeiro ano em 2025, ou seja, que entraram no ensino médio neste ano, não estão inclusos no pagamento de fevereiro.

O programa foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) há um ano para incentivar a permanência na escola, a conclusão escolar desta etapa de ensino, além da participação no Enem.

O estudante pode consultar o aplicativo Jornada do Estu-



Pagamento da parcela de R\$ 1 mil começa nesta terça

dante para saber se está entre os que terão o dinheiro depositado na conta bancária nos dias 25, 26 ou 27. O aplicativo pode ser baixado em smartphones e tablets e o login é feito com o próprio Cadastro de Pessoa Física (CPF) do estudante na conta no portal único de serviços digitais do governo federal, o Gov.br. A conta pode ser de nível de segurança bronze.

O Pé-de-Meia é voltado a es-

tudantes do ensino médio da rede pública de baixa renda. O MEC esclarece que não há necessidade de inscrição dos estudantes no programa de incentivo educacional. Todo estudante que se encaixa nos critérios do programa é incluído automaticamente.

Os requisitos do programa são:

– ser estudante matriculado no ensino médio regular das re-

des públicas e ter entre 14 a 24 anos;

– ser estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das redes públicas e ter entre 19 e 24 anos;

– ser parte de família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) desde janeiro de 2024 e que tenha renda, por pessoa, de até meio salário mínimo;

– ter inscrição regular no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para entrar na conta Gov.br;

– ter o mínimo de 80% de frequência escolar no mês.

Os sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais e as instituições federais que ofertam o ensino médio transmitem ao governo federal as informações de matrícula escolar. O governo federal confere se o estudante pode ou não receber o incentivo, ao cruzar os dados com o CadÚnico.

STF

STF celebra conquista do voto feminino no Brasil

O edifício-sede do Supremo Tribunal Federal recebe iluminação especial nas cores verde e amarelo até a próxima sexta, em apoio ao Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil, celebrado em 24 de fevereiro. A iniciativa simboliza o reconhecimento e a valorização da luta das mulheres por direitos políticos ao longo da história.

A cada ciclo, o prédio permanecerá iluminado por cinco minutos nas cores verde e amarelo e, em seguida, alternará entre verde, amarelo e azul por mais 15 minutos. A data remonta ao ano de 1932, quando as mulheres garantiram os direitos de votar e de serem votadas.

STJ

STJ não terá expediente na segunda e terça-feira

Conforme consta na Portaria STJ/GP 790/2024, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não terá expediente nos dias 3 e 4 de março (segunda e terça-feira de Carnaval), em razão de feriado na Justiça Federal e nos tribunais superiores, estabelecido pelo artigo 62, inciso III, da Lei 5.010/1966.

O expediente na quarta-feira (5) será das 14h às 19h. Os prazos processuais observarão os termos dos artigos 219, 224 e 231 do Código de Processo Civil (CPC) e 798 do Código de Processo Penal (CPP).

Para as medidas urgentes, entre sábado (1º) e terça-feira (4), os advogados deverão acionar o plantão judiciário

TCU

Incentivos fiscais previstos na Lei do Bem

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisa, na sessão plenária de quarta, o primeiro ciclo de acompanhamento dos incentivos fiscais previstos na Lei do Bem para estimular o investimento de empresas privadas em atividades de pesquisa e desenvolvimento em inovação tecnológica. O relator é o ministro Jorge Oliveira.

A fiscalização teve como objetivo verificar se existe processo eficiente para que as empresas prestem contas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), responsável pela gestão da Lei do Bem, além de avaliar se há sistema eficaz para monitorar e avaliar a política pública.

TCU

TCU e Observatório Social do Brasil abrem edital

O Tribunal de Contas da União, em parceria com o Observatório Social do Brasil, lança, nesta terça-feira, edital para cadastro e capacitação de pessoas voluntárias interessadas em participar da Força-Tarefa Cidadã que vai colaborar na fiscalização de obras de escolas e creches inscritas no Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação, sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Demais informações podem ser obtidas na página da Força-Tarefa Cidadã. Para tirar dúvidas, está disponível o e-mail: forcatarefa@osbrasil.org.br.